

Arqueologia das Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

5

Anna Paula Lombardi
(Organizadora)

 **Atena**
Editora

Ano 2019

Anna Paula Lombardi
(Organizadora)

**Arqueologia das Ciências Humanas e Sociais
Aplicadas
5**

Atena Editora
2019

2019 by Atena Editora

Copyright © da Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação e Edição de Arte: Geraldo Alves e Natália Sandrini

Revisão: Os autores

Conselho Editorial

- Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Profª Drª Deusilene Souza Vieira Dall’Acqua – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Profª Drª Juliane Sant’Ana Bento – Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

A772 Arqueologia das ciências humanas e sociais aplicadas 5 [recurso eletrônico] / Organizadora Anna Paula Lombardi. – Ponta Grossa (PR): Atena Editora, 2019. – (Arqueologia das Ciências Humanas e Sociais Aplicadas; v. 5)

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-85-7247-052-0

DOI 10.22533/at.ed.520191701

1. Ciências humanas. 2. Identidade de gênero. 3. Serviço social.
I. Lombardi, Anna Paula. II. Série.

CDD 372.8

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores.

2019

Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

www.atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

A obra “Arqueologia das Ciências Humanas e Sociais Aplicadas” aborda uma série de livros de publicação da editora Atena. O volume 5, apresenta 33 capítulos sobre os aspectos diversos das Ciências Humanas. Os temas têm como peculiaridade exibir no contexto atual as situações vinculadas a gestão de saúde, a questão de gênero, mulheres e vulnerabilidades, o papel do Serviço Social na sociedade e a política social na contemporaneidade.

Com o enfoque de contribuir no bem estar do coletivo e a integração desses no âmbito da sociedade são as principais preocupações expostas nos capítulos. A obra contribui na ampla relevância dos aspectos sociais, culturais, políticos e econômicos e através da complexidade dos fatos reais, tem como característica dar visibilidade a importância da formulação de políticas públicas no Brasil.

A importância desses estudos, estão evidenciados na formação em nível de graduação e pós-graduação de acadêmicos registrando um salto quantitativo e qualitativo nas últimas décadas corroborando com a relevância dos temas abordados.

Aos leitores desta obra, que ela possa inspirar a criação de novos e sublimes estudos, proporcionando discussões e propostas para um conhecimento significativo.

Anna Paula Lombardi

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
AGENDAS REALIZADAS NA ÁREA DA SAÚDE: OBJETIVOS, AÇÕES E RESULTADOS DOS GOVERNOS FHC E LULA	
<i>Oleg Abramov</i>	
DOI 10.22533/at.ed.5201917011	
CAPÍTULO 2	16
CONSELHOS DE SAÚDE: A PERCEPÇÃO DOS CONSELHEIROS ESTADUAIS DO RIO GRANDE DO SUL (CES/RS)	
<i>Maria Alice Gabiatti Alessio</i>	
<i>Ronaldo Bordin</i>	
<i>Roger dos Santos Rosa</i>	
DOI 10.22533/at.ed.5201917012	
CAPÍTULO 3	31
GESTÃO DA SAÚDE PÚBLICA NO BRASIL: A FUNDAÇÃO ESTATAL DE DIREITO PRIVADO E AS REPERCUSSÕES PARA OS TRABALHADORES	
<i>Luciene Rodrigues da Silva Garcia Augusto</i>	
DOI 10.22533/at.ed.5201917013	
CAPÍTULO 4	42
INOVAÇÃO SOCIAL: UM ESTUDO DE CASO DO PROJETO MÃO AMIGA	
<i>Cassiane Chais</i>	
<i>Jaime João Bettega</i>	
<i>Adrieli Alves Pereira Radaelli</i>	
<i>Oberdan Teles da Silva</i>	
<i>Paula Patrícia Ganzer</i>	
<i>Pelayo Munhoz Olea</i>	
<i>Eric Charles Henri Dorion</i>	
DOI 10.22533/at.ed.5201917014	
CAPÍTULO 5	56
POLÍTICA DE SAÚDE: TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL E DIREITOS HUMANOS	
<i>Neimy Batista da Silva</i>	
<i>Danúbia de Brito Rodrigues Silva</i>	
<i>Adelaine da Silva Santos de Jesus</i>	
DOI 10.22533/at.ed.5201917015	
CAPÍTULO 6	66
PROTEÇÃO SOCIAL E SAÚDE MENTAL DE UNIVERSITÁRIOS NA UFF CAMPOS	
<i>Alessandra de Muros Xavier</i>	
DOI 10.22533/at.ed.5201917016	
CAPÍTULO 7	76
VOZES DE MULHERES: O “APRENDER A FALAR” A PARTIR DOS CLUBES DE TROCA E NOVAS POSICIONALIDADES	
<i>Maria Izabel Machado</i>	
DOI 10.22533/at.ed.5201917017	

CAPÍTULO 8 89

VIOLÊNCIA SIMBÓLICA E ESTUPRO DE VULNERÁVEL: UMA ANÁLISE DE DISCURSO DE REPORTAGENS DO G1

Julia Mello dos Santos

Karen Costa Krüger

DOI 10.22533/at.ed.5201917018

CAPÍTULO 9 94

TRANSFORMAÇÕES NO MUNDO DO TRABALHO E REPERCUSSÕES PARA O SERVIÇO SOCIAL: INTERFACES DA FEMINIZAÇÃO E PRECARIZAÇÃO

Solange dos Santos Silva

DOI 10.22533/at.ed.5201917019

CAPÍTULO 10 105

TRABALHO FEMININO? A CONFIGURAÇÃO DE GÊNERO DO SERVIÇO SOCIAL NO BRASIL

Diego Tabosa da Silva

Noêmia de Fátima Silva Lopes

Rafaelle Vanny

DOI 10.22533/at.ed.52019170110

CAPÍTULO 11 117

APOLOGIA À VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER NA MÚSICA

Elaine Silva Alegre

Liliane Capilé Charbel Novais

Marilza de Fátima Souza

Rozimeire Stiko Shimizu

DOI 10.22533/at.ed.52019170111

CAPÍTULO 12 129

BUNDA: RAÇA E POLÍTICA VISUAL NO BRASIL

Ana Paula Garcia Boscatti

Joana Maria Pedro

DOI 10.22533/at.ed.52019170112

CAPÍTULO 13 143

AS PRÁTICAS TERAPÊUTICAS E O MOVIMENTO DE RECONCEITUAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL

Letícia Pereira Dourado

Lilian Fernanda Silva

Dameres Gonçalves Martins

Daniele Lopes Ferreira

DOI 10.22533/at.ed.52019170113

CAPÍTULO 14 154

POLÍTICA SOCIAL NO CAPITALISMO CONTEMPORÂNEO: REBATIMENTOS SOBRE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Mayéwe Elyênia Alves dos Santos

Palloma Maria Gomes Jácome

DOI 10.22533/at.ed.52019170114

CAPÍTULO 15..... 165

SERVIÇO SOCIAL E PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO NA ÁREA DA POLÍTICA SOCIAL NA CONTEMPORANEIDADE

Ângela Kaline da Silva Santos

Lucicleide Cândido dos Santos

Bernadete de Lourdes Figueiredo de Almeida

DOI 10.22533/at.ed.52019170115

CAPÍTULO 16..... 173

PÓS-MODERNISMO E OS ENTRAVES E DESAFIOS POSTOS AO PROJETO ÉTICO-POLÍTICO DO SERVIÇO SOCIAL NA CONTEMPORANEIDADE

Bismarck Oliveira da Silva

Maria Tereza de Oliveira

DOI 10.22533/at.ed.52019170116

CAPÍTULO 17 185

ADOÇÃO DE CRIANÇAS BRASILEIRAS NA EUROPA: O PERCURSO DAS FAMÍLIAS ITALIANAS

Gisele Caroline Ribeiro Anselmo

DOI 10.22533/at.ed.52019170117

CAPÍTULO 18..... 200

TRANSVERSALIDADE DE GÊNERO E INTERSECCIONALIDADES NA PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE: DESAFIOS PARA A DOUTRINA DA PROTEÇÃO INTEGRAL

Mirna Carriel Cleto

Marcos Claudio Signorelli

DOI 10.22533/at.ed.52019170118

CAPÍTULO 19..... 214

REDEMOCRATIZAÇÃO E PARTICIPAÇÃO DO PODER LEGISLATIVO NA POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA

Nayanna Sabiá de Moura

DOI 10.22533/at.ed.52019170119

CAPÍTULO 20..... 229

REVISITANDO O PENSAMENTO DO GUNNAR MYRDAL E AMARTYA SEN SOBRE O ESTADO DE BEM-ESTAR SOCIAL

Nilton Marques de Oliveira

Udo Strassburg

DOI 10.22533/at.ed.52019170120

CAPÍTULO 21..... 243

CAPITALISMO MONOPOLISTA, QUESTÃO SOCIAL E FORMAÇÃO PROFISSIONAL EM SERVIÇO SOCIAL

Mayra Hellen Vieira de Andrade

Ingrid Stephany Freire da Silva

Angely Dias da Cunha

Nirleide Dantas Lopes

DOI 10.22533/at.ed.52019170121

CAPÍTULO 22 256

O QUE SE FALA DAQUELES A QUEM NÃO SE DÁ OUVIDOS: IMPRENSA E MORADORES DE RUA EM CUIABÁ-MT E REGIÃO

Juliano Batista dos Santos

Juliana Abonizio

DOI 10.22533/at.ed.52019170122

CAPÍTULO 23 270

ANÁLISE DA LÓGICA DE PENSAMENTO DE THOMAS KUHN E KARL POPPER FACE A SOCIOLOGIA

Nei Alberto Salles Filho

Daniele Cristina Bahniuk Mendes

Thais Cristina dos Santos

DOI 10.22533/at.ed.52019170123

CAPÍTULO 24 280

COMPARECIMENTO, ALIENAÇÃO ELEITORAL E O ÍNDICE DE FRACIONALIZAÇÃO

Franklin Soldati

DOI 10.22533/at.ed.52019170124

CAPÍTULO 25 294

CONSTRUÇÃO DA POSIÇÃO DO GOVERNO BRASILEIRO REFERENTE À PLATAFORMA DE AÇÃO DE PEQUIM: PRIMÓRDIOS E ATUALIDADE

Ana Luci Paz Lopes

DOI 10.22533/at.ed.52019170125

CAPÍTULO 26 309

DO “MEU EU-BEIJU” À PESQUISA - AS MINAS DO CORRE: MULHERES QUE TRABALHAM NO COMÉRCIO DE DROGAS

Patricia Baptista Guerino

Marlene Tamanini

DOI 10.22533/at.ed.52019170126

CAPÍTULO 27 324

IMPACTOS DO NEOLIBERALISMO NA PROTEÇÃO SOCIAL BRASILEIRA

Maria Isabel Lopes Perez

DOI 10.22533/at.ed.52019170127

CAPÍTULO 28 335

ÍNDICES DE GERAÇÃO DE SEGURANÇA HUMANA: APLICAÇÃO COMPARADA AOS CASOS DO PERU E COLÔMBIA

Fábio Rodrigo Ferreira Nobre

DOI 10.22533/at.ed.52019170128

CAPÍTULO 29 354

REFLEXÕES SOBRE OS IMPACTOS DA REFORMA TRABALHISTA PARA OS “NOVOS ROSTOS” DA IMIGRAÇÃO NO BRASIL

Vanito Ianium Vieira Cá

Jussara Maria Rosa Mendes

DOI 10.22533/at.ed.52019170129

CAPÍTULO 30	368
INDIVIDUALISMO METODOLÓGICO, AÇÃO COLETIVA E ESCOLHA RACIONAL: QUAIS SÃO OS EFEITOS DESSA INTERAÇÃO PARA A QUALIDADE DA DEMOCRACIA BRASILEIRA?	
<i>Mariana Dionísio de Andrade</i> <i>Rodrigo Ferraz de Castro Remígio</i>	
DOI 10.22533/at.ed.52019170130	
CAPÍTULO 31	385
O ESTADO DA ARTE NAS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA MULHERES: UMA REVISÃO DA LITERATURA NA PERSPECTIVA DE GÊNERO	
<i>Geovana Azevedo da Costa</i> <i>Olívia Cristina Perez</i>	
DOI 10.22533/at.ed.52019170131	
CAPÍTULO 32	401
O PAPEL DO ESTADO CAPITALISTA E SUAS “NOVAS” CONFIGURAÇÕES FRENTE A QUESTÃO SOCIAL	
<i>Ingridy Lammonikelly da Silva Lima</i> <i>Bernadete de Lourdes Figueiredo de Almeida</i> <i>José Rangel de Paiva Neto</i>	
DOI 10.22533/at.ed.52019170132	
CAPÍTULO 33	409
ZERO HORA E CRISE POLÍTICA NO RIO GRANDE DO SUL: ANÁLISE DA COBERTURA DO JORNAL SOBRE O GOVERNO ESTADUAL EM 2015	
<i>Rodolfo Silva Marques</i> <i>Bruno da Silva Conceição</i> <i>Luciana Pazini Papi</i>	
DOI 10.22533/at.ed.52019170133	
SOBRE A ORGANIZADORA	425

COMPARECIMENTO, ALIENAÇÃO ELEITORAL E O ÍNDICE DE FRACIONALIZAÇÃO

Franklin Soldati

UENF - IPPUR / UFRJ - INCT

RESUMO: Os dados registrados sobre o comportamento de “Votos em Branco” e “Votos Nulos”, nas eleições presidenciais brasileiras, indicam distintas motivações em diferentes momentos históricos nacionais. A aceitação pela literatura do conceito de Alienação e posteriormente no Brasil, do conceito de Alienação Eleitoral, de Santos, permitiu repensar a estrutura do comportamento eleitoral no Brasil e identificar uma taxa reflexa denominada de Efetividade Eleitoral. O mesmo estudo em andamento também verificou associação estatística entre variáveis de infraestrutura urbana e o Voto em Branco, bem como com o Voto Nulo. Tais associações possibilitaram reorientar os comportamentos componentes da Alienação e da Efetividade para os Índices de Aceitação e o de Rejeição das Listas Eleitorais. Toda a argumentação permanece baseada na fundamentação primeira de Lane e é adicionada de estudos referentes da opinião e da persuasão, ou seja, recepção da informação pelo entendimento retórico de Magalhães e Veiga. Estas alterações permitem ensaiar efeitos referentes à fracionalização eleitoral. Esta reorientação reposiciona o Voto

Nulo, juntamente ao Voto Válido e reforça o comportamento de aceitação do Sistema Político Eleitoral brasileiro.

PALAVRAS-CHAVE: Comportamento eleitoral, Fracionalização eleitoral.

ABSTRACT: The data registered on the behavior of “Blank votes” and “Null votes”, in the Brazilian presidential elections, they indicate different motivations in different national historical moments. The acceptance for the literature of the concept of Alienation and later in Brazil, of the concept of Electoral Alienation, of Santos, it allowed to rethink the structure of the electoral behavior in Brazil and to identify a tax denominated reflex of Electoral Effectiveness. The same study in process also verified statistical association between variables of urban infrastructure and the Blank vote, as well as with the Null vote. Such associations made possible to reorient the component behaviors of the Alienation and of the Effectiveness for the Indexes of Acceptance and the one of Rejection of the Electoral Lists. All the argument stays based in the first foundation of Lane and it is added of referring studies of the opinion and of the persuasion, in other words, reception of the information for Magalhães and Veiga’s rhetorical understanding. These alterations allow to rehearse effects regarding the electoral fractionalization. This reorientation reposition

the Null vote, together to the Valid Vote and it reinforces the behavior of acceptance of the Electoral Political System Brazilian.

KEYWORDS: Electoral behavior, Electoral fractionalization.

Este capítulo deveria ter sido intitulado de “Comportamento, alienação eleitoral e o índice de fracionalização”, pois a estrutura do conceito de alienação envolve a ação de abstenção, conceitualmente fora da ideia de comparecimento. Contudo, como a proposta do artigo é justamente investigar os componentes estruturais do comportamento eleitoral, rediscutindo-os, o título não se perdeu.

A motivação do presente trabalho iniciou-se com a observação da superioridade do comparecimento do eleitor juiz-forano nas eleições para os três níveis do executivo no Brasil, em comparação com as cidades de Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo e Uberlândia. Como poderá ser demonstrado na tabela a seguir, que compreende o período 1996-2014, mesmo com alterações nessas taxas o comparecimento eleitoral em Juiz de Fora continua elevado, pois embora a cidade tenha perdido a primeira posição, a partir de 2010, a distância que a separa da cidade de maior participação será de menos de 1%, em todos os pleitos eleitorais.

No Brasil, votam todos os cidadãos maiores de 18 anos, contudo o voto é facultativo aos jovens entre 16 e 18 anos, aos maiores de 70 e aos analfabetos. A legislação considera este conjunto de eleitores como “Aptos”:

$$\textit{Aptos} = \textit{abstenção} + \textit{comparecimento}$$

Como o comparecimento é composto pela soma dos votos válidos, dos votos em branco e dos votos nulos, teremos:

$$\textit{Aptos} = \textit{abstenção} + (\textit{votos válidos} + \textit{votos em branco} + \textit{votos nulos})$$

ou seja:

$$\textit{Comparecimento} = \textit{votos válidos} + \textit{votos em branco} + \textit{votos nulos}$$

Os dados da Tabela 1 informam que o comparecimento eleitoral do juiz-forano foi superior ao de todas as cidades avaliadas e em todos os níveis do executivo no período, entre 1996 a 2006. Em 2008, a diferença para a primeira cidade avaliada ficou em torno de 0,1%. A partir de 2010, o comparecimento do juiz-forano cai, e chega a ocupar a quarta posição. Mesmo assim, a diferença não sai da casa de 1%.

Tabela 1

Taxa de comparecimento eleitoral no período entre 1996 à 2014							
	Belo Horizonte	Juiz de Fora		Rio de Janeiro	São Paulo	Uberlândia	
1996 municipal	84.07	86.93	1	80.32	82.82	85.89	
1998 presidencial	82.68	85.88	1	80.01	82.61	83.94	
1998 estadual	82.68	85.88	1	80.01	82.61	83.94	
2000 municipal	85.88	88.13	1	83.57	85.77	87.19	
2002 presidencial	86.36	88.27	1	84.65	84.45	86.62	
2002 estadual	86.36	88.27	1	84.65	84.45	86.62	
2004 municipal	84.92	87.06	1	84.12	85.05	86.36	
2006 presidencial	84.14	86.05	1	83.82	85.98	85.49	
2006 estadual	84.14	86.05	1	83.82	85.98	85.49	
2008 municipal	83.15	85.15	2	82.09	84.37	85.29	
2010 presidencial	84.19	83.77	4 -1%	81.64	84.63	84.61	
2010 estadual	84.20	83.77	4 -1%	81.65	84.63	84.61	
2012 municipal	81.12	82.67	2 -1%	79.55	81.52	84.19	
2014 presidencial	81.95	81.36	3 -1%	78.54	80.95	82.34	
2014 estadual	81.93	81.35	3 -1%	78.53	80.94	82.33	

Fonte: TSE / adaptado.

Como seria lógico esperar, o comportamento da abstenção é “negativo” em relação ao comparecimento, veja Tabela 2, mas sua taxa deve ser registrada para futuras ilações.

Tabela 2

Taxa de abstenção eleitoral no período entre 1996 à 2014							
	Belo Horizonte	Juiz de Fora		Rio de Janeiro	São Paulo	Uberlândia	
1996 municipal	15.93	13.07	5	19.68	17.18	14.11	
1998 presidencial	17.32	14.12	5	19.99	17.39	16.06	
1998 estadual	17.32	14.12	5	19.99	17.39	16.06	
2000 municipal	10.71	11.87	4	16.43	14.23	12.82	
2002 presidencial	13.65	11.73	5	15.35	15.55	13.39	
2002 estadual	13.65	11.73	5	15.35	15.55	13.39	
2004 municipal	15.08	12.94	5	15.88	14.95	13.64	
2006 presidencial	15.86	13.95	5	16.18	14.02	14.51	
2006 estadual	15.86	13.95	5	16.18	14.02	14.51	
2008 municipal	16.85	14.85	4	17.91	15.63	14.71	
2010 presidencial	15.81	16.23	4	18.36	15.37	15.39	
2010 estadual	15.80	16.23	4	18.35	15.37	15.39	
2012 municipal	18.88	17.33	2	20.45	18.48	15.81	
2014 presidencial	18.05	18.64	3	21.46	19.05	17.66	
2014 estadual	18.07	18.65	3	21.47	19.06	17.67	

Fonte: TSE / adaptado

No Brasil, é comum que setores oligárquicos, ao avaliarem a qualidade de nossa democracia, façam insistentes afirmações relativas aos níveis de alienação das eleições brasileiras. O impacto prático dessas avaliações é a desqualificação de uma parcela de nosso eleitorado por parte dessa elite, que considera essas pessoas incapazes de decisão política, ou seja, integra as *massas silenciosas*, a turba, a multidão. Vide tabela 3:

$$\text{Taxa de alienação} = \frac{\text{abstenção} + \text{votos em branco} + \text{votos nulos}}{\text{aptos}} \cdot 100\%$$

Para Magalhães e Veiga (1999), a falta de identidade entre representantes e representados caracteriza o conceito de alienação política de Lane. Em Figueiredo (2008), Lane fundamenta a definição de alienação política naquilo que considerou

como a *síndrome das três atitudes*. Na sequência, Ada Finifter (*apud idem*, 2008) localizou um constructo de quatro fatores que abarcam a alienação e o comportamento político. Este autor ainda avaliou as razões da flutuação das taxas de comparecimento.

Tabela 3
Taxa de alienação eleitoral no período entre 1996 à 2014

	Belo Horizonte	Juiz de Fora	Rio de Janeiro	São Paulo	Uberlândia	
1996 municipal	27.41	19.43	4	30.22	22.91	17.88
1998 presidencial	28.90	26.94	5	31.22	29.64	29.08
1998 estadual	31.13	25.26	5	32.48	26.09	29.27
2000 municipal	21.31	18.34	4	23.51	22.62	17.75
2002 presidencial	18.84	17.07	5	20.42	22.28	18.94
2002 estadual	21.50	20.96	5	22.00	22.21	21.32
2004 municipal	24.17	20.26	5	21.84	20.64	21.04
2006 presidencial	24.13	22.72	3	25.19	21.00	22.00
2006 estadual	26.03	30.68	1	25.44	23.46	27.72
2008 municipal	28.92	23.45	3	28.38	22.31	19.92
2010 presidencial	23.20	24.52	4	27.71	21.71	22.21
2010 estadual	27.47	33.39	1	32.68	23.43	27.99
2012 municipal	31.00	25.95	2	31.20	28.90	22.65
2014 presidencial	24.93	28.28	3	33.54	29.12	26.25
2014 estadual	31.39	37.48	1	36.18	34.47	34.66

Fonte: TSE / adaptado.

Mas foi Wanderley Guilherme dos Santos quem inaugurou o conceito de Alienação Eleitoral, num refinamento das ideias de Huntington e Nelson (*apud SANTOS*, 1987, pág. 42), já que, pelo seu entendimento, a participação política do brasileiro é diminuta, muito em razão daquilo que chama de *custos do fracasso* (*cf.* SANTOS, 2007). A alienação eleitoral então compreende o conjunto dos eleitores que se abstiveram, dos que votaram em branco e dos que votaram nulo.

O comportamento dos valores dos betas e das significâncias nos modelos de regressão, aqui não demonstrados, começou a chamar a atenção e indicou a possibilidade de dimensionar o cálculo de um comportamento reflexo ao da Alienação Eleitoral de Santos (2007). Assim, ao invés de se enfatizar a taxa de alienação, pensa-se agora numa taxa de Efetividade Eleitoral, pois seria aquela situação em que o eleitor não somente comparece, mas também vota validamente:

$$\text{Taxa de efetividade eleitoral} = \frac{\% \text{ de comparecimento} \times \% \text{ votos válidos}}{100}$$

Desnecessário afirmar que ao se calcular a taxa de efetividade eleitoral, percebe-se que os dados deverão se apresentar bem superiores aos do da alienação. Vide Tabela 4.

Todo este esforço surge em razão do mau uso pelo *mass media* do conceito de alienação eleitoral. A deformação conceitual tem o objetivo de deslegitimar nosso sistema político em distintos momentos da história nacional. De modo que, ao invés de contribuir para o fortalecimento do ideal republicano e para uma atitude cidadã do eleitorado, a mídia promove ojeriza a tudo o que envolve o conceito de política (MATOS, 1994), (LOMBARDO JORGE). A experiência nacional tem demonstrado que tais comportamentos costumam redundar em saídas autoritárias.

Tabela 4
Taxa de efetividade eleitoral - 1996 a 2014

	Belo Horizonte	Juiz de Fora	Rio de Janeiro	São Paulo	Uberlândia
1996 municipal	72.59	80.57 1	69.78	77.10	82.11
1998 presidencial	71.10	73.06 1	68.78	70.36	70.92
1998 estadual	68.87	74.74 1	67.52	73.92	70.73
2000 municipal	75.69	81.65 2	76.49	77.39	82.26
2002 presidencial	81.17	82.92 1	79.58	77.73	81.07
2002 estadual	78.51	79.04 1	78.00	77.80	78.69
2004 municipal	75.83	79.73 1	78.16	79.36	78.97
2006 presidencial	75.87	77.28 3	74.81	79.00	78.00
2006 estadual	73.97	69.32 5	74.56	76.54	72.28
2008 municipal	71.08	76.55 3	71.62	77.69	80.08
2010 presidencial	76.80	75.49 4	72.28	78.30	77.79
2010 estadual	72.54	66.61 5	67.32	76.57	72.01
2012 municipal	69.00	74.05 2	68.80	71.10	77.35
2014 presidencial	75.07	71.71 3	66.46	70.87	73.76
2014 estadual	68.62	62.52 5	63.81	65.54	65.35

Fonte: TSE / adaptado.

Outro aspecto fundamental foi detectado, o de que o comportamento na direção dos votos nulos é, no atual período democrático, sempre superior a dos votos em branco. Os diferentes códigos eleitorais brasileiros (NICOLAU, 2002) indicam que, a cada momento, houve distintas motivações para se comparecer às urnas, se abster, votar validamente, votar em branco e ou votar nulo. No período democrático de 46-64, votar em branco, nas eleições proporcionais, também significava votar na legenda. O encerramento disto, que permitia a inclusão do Voto em Branco no somatório do quociente eleitoral ocorreu com a lei 9.504 de 1997 (TSE, 2016). O fato é que inúmeras são as razões encontradas na literatura sobre o voto no Brasil, para não se tomar partido, política ou eleitoralmente (CARVALHO, 1978), (CARONE, 1978), (PORTO, 2000) e também são fartos os exemplos de coerção física ou moral nos currais eleitorais. A criação do TSE (CHAIA, CHAGA e FERNANDES, 2013), a universalização do voto em 1988, bem como a da urna eletrônica em 2000 (NICOLAU, 2002), permitiu tornar toda a população adulta apta e, com isto, alcançar segmentos populacionais invisíveis, além de contribuir para a lisura dos pleitos. Portanto, a fim de demonstrar a tendência de maior incidência de votos nulos em relação aos votos em branco nas eleições para o executivo no Brasil, foram incluídos nas análises os dados de 54 importantes cidades brasileiras.

Ao se analisar a Tabela 5, “salta aos olhos” a preponderância das taxas de Votos Nulos sobre as de Votos em Branco, nas eleições estaduais e presidenciais entre 1998 e 2014 de 54 cidades, relacionadas na tabela. Algumas exceções se destacam, contudo não são aleatórias, ocorrem apenas em determinadas cidades, em eleições específicas, em regiões determinadas e, por isto deverão merecer atenção pormenorizada em futuros trabalhos. Cachoeiro de Itapemirim, nas eleições estaduais e presidenciais de 2010 e 2014; Corumbá, MS, nas eleições estaduais e presidenciais de 2014; Sinop, MT, em 1998, nas eleições estaduais e presidenciais; Caruaru, PE, nas eleições estaduais em 2002 e 2006; Curitiba e Londrina, ambas no Paraná e no mesmo nível e pleito eleitoral, nas eleições estaduais de 2002; Porto Alegre e Santa

Maria, ambas no RS, fato que começou com as eleições estaduais de 2002, em Santa Maria, para depois também em Porto Alegre, nas eleições estaduais de 2006, 2010 e 2014, e presidenciais em Porto Alegre e Santa Maria em 2010 e, em 2014, apenas em Santa Maria; Presidente Prudente, SP, nas eleições estaduais de 2006, 2010 e 2014.

As observações anteriores podem ser facilmente localizadas na Tabela 6, resumo de exceções da Tabela 5.

Tabela 5

Taxas de "Votos Nulos" e "Votos em Branco" 54 cidades entre 1998-2014

id	município	1998 gov nulo	1998 pres nulo	2002 gov nulo	2002 pres nulo	2006 gov nulo	2006 pres nulo	2010 gov nulo	2010 pres nulo	2014 gov nulo	2014 pres nulo	1998 gov brco	1998 pres brco	2002 gov brco	2002 pres brco	2006 gov brco	2006 pres brco	2010 gov brco	2010 pres brco	2014 gov brco	2014 pres brco
1	Rio Branco	7.62	9.94	5.81	4.79	3.73	3.79	4.85	2.72	5.59	3.02	1.97	2.23	0.83	1.05	1.19	1.34	1.50	1.04	1.60	1.05
2	Maceió	18.04	15.60	5.98	4.99	6.06	5.26	6.80	5.84	14.96	7.99	6.13	5.80	2.04	2.19	4.28	2.98	4.22	3.59	9.39	5.44
3	Arapiraca	25.44	18.54	12.89	9.75	7.28	6.68	8.38	7.70	10.59	7.33	6.84	4.96	3.16	3.42	3.39	2.8	4.06	3.29	6.79	4.05
4	Manaus	11.36	9.81	4.40	3.17	4.73	3.72	6.26	3.58	5.46	3.97	1.70	1.87	1.10	1.15	1.76	1.64	2.47	1.71	3.34	2.83
5	Parintins	2.83	6.55	8.65	5.51	5.4	4.06	5.99	3.62	4.45	2.88	13.89	8.34	1.52	1.56	0.97	0.81	1.04	0.69	1.30	1.10
6	Macapá	7.58	10.41	4.31	4.49	2.39	3.23	5.27	3.40	4.57	3.18	0.91	1.17	0.78	0.72	0.59	0.84	1.17	1.06	1.16	1.34
7	Santana	8.28	10.88	3.69	4.28	2.95	3.41	5.88	3.51	5.08	3.29	1.02	1.11	0.78	0.71	0.49	0.67	1.27	1.00	1.00	1.07
8	Salvador	14.28	14.87	5.72	5.56	8.67	5.66	9.18	6.69	12.80	9.55	7.77	5.04	3.93	2.49	6.59	3.87	6.64	4.41	8.12	5.20
9	Feira de Santa	14.76	19.30	7.62	8.16	8.02	5.36	7.12	5.11	9.80	6.15	7.46	5.27	4.23	2.62	4.82	2.74	4.99	2.91	7.27	3.38
10	Fortaleza	8.07	7.78	5.75	3.21	7.46	5.03	7.94	4.98	10.64	6.74	5.87	3.17	2.98	1.40	3.05	2.12	5.10	3.05	6.82	3.87
11	Crato	16.66	13.08	11.17	8.51	9.88	7.66	11.00	7.71	8.07	5.80	5.18	3.51	3.75	2.38	2.89	1.97	4.40	2.49	5.14	2.63
12	Brasília	5.09	7.97	3.71	4.41	5.11	3.95	6.07	3.86	4.83	3.67	1.66	1.77	1.75	1.36	2.5	1.49	3.73	2.16	3.69	2.29
13	Vitória	7.34	6.51	5.41	2.89	7.06	3.6	6.62	3.20	6.23	3.67	5.33	3.70	3.01	1.89	3.34	2.3	4.82	2.42	4.36	3.08
14	Cachoeiro de I	9.16	8.69	7.56	3.92	6.41	4.05	5.25	3.36	4.89	3.75	9.19	6.06	5.60	3.14	4.34	3.06	6.46	3.71	5.69	4.06
15	Goiânia	4.90	9.90	4.36	3.67	7.62	5.02	4.76	4.44	5.35	5.11	2.76	2.85	1.74	1.58	2.72	2.2	2.10	2.38	3.24	2.95
16	Rio Verde	8.88	15.70	5.57	6.58	8.06	5.38	5.94	3.48	5.41	4.58	3.43	3.59	3.05	2.89	3.01	1.99	4.02	2.85	6.76	4.05
17	São Luís	9.59	12.27	11.45	6.08	7.37	3.12	5.30	4.09	8.50	4.44	4.34	4.32	2.65	1.92	2.59	1.98	2.79	2.37	6.06	3.40
18	Imperatriz	12.60	13.73	12.31	8.02	5.3	3.05	5.24	4.30	7.38	3.62	6.15	4.43	2.50	1.73	2.47	1.33	1.19	1.37	3.23	2.20
19	Belo Horizonte	9.91	9.09	4.93	3.55	7.46	5.82	8.22	4.86	8.79	4.84	6.80	4.91	4.16	2.47	4.63	4.01	5.63	3.92	7.46	3.55
20	Governador Vá	10.68	12.18	5.26	4.65	5.51	3.34	7.27	4.29	5.95	3.51	5.03	4.04	3.72	2.59	3.49	2.22	5.22	3.41	7.30	3.08
21	Juiz de Fora	9.20	11.68	5.91	3.87	12.73	6.93	12.50	6.08	12.95	7.36	3.77	3.25	4.56	2.19	6.71	3.26	7.98	3.81	10.20	4.49
22	Montes Claros	10.08	14.36	6.37	4.99	9.29	6.05	8.90	5.35	9.25	5.34	5.39	4.55	3.75	2.42	4.99	3.02	5.18	3.09	7.92	3.42
23	Uberlândia	9.77	11.48	5.00	3.84	9.53	5.65	9.18	4.92	10.65	6.01	5.97	4.02	4.16	2.57	5.93	3.12	5.71	3.14	9.98	4.42
24	Campo Grand	10.18	8.82	4.78	3.45	5.13	3.29	5.94	3.77	4.11	3.82	3.28	2.79	1.97	1.70	1.5	1.33	3.06	1.94	3.60	2.93
25	Corumbá	11.85	8.45	5.14	3.60	4.15	2.47	5.04	3.42	3.39	3.00	3.25	2.51	1.75	1.39	1.5	1.16	2.18	1.40	4.09	3.06
26	Cuiabá	5.42	6.59	3.37	2.55	4.51	3.61	5.44	3.96	7.84	4.68	2.24	2.26	1.74	1.37	3	1.67	2.37	1.84	3.89	2.73
27	Sinop	4.68	5.87	4.45	2.94	4.53	4.32	5.85	4.57	9.56	4.60	14.79	8.28	3.74	2.48	3.55	1.8	4.26	2.43	7.61	3.17
28	Belém	11.67	8.70	3.97	3.02	3.47	3.25	3.90	2.99	7.46	4.49	2.81	2.27	1.61	1.24	2.79	2.13	3.04	2.16	4.10	3.02
29	Santarém	13.08	11.63	6.04	5.95	2.64	3.22	2.52	2.30	5.87	3.43	3.38	2.37	1.45	1.13	1.56	1.03	2.12	1.28	3.09	1.77
30	João Pessoa	22.02	17.96	6.80	5.52	7.07	5.43	7.24	5.96	6.88	5.55	5.13	3.70	4.68	3.38	2.97	2.39	3.19	3.13	4.00	4.19
31	Campina Gran	25.95	20.12	8.67	7.19	5.56	5.03	10.15	7.18	8.53	7.83	7.69	5.13	5.00	4.10	1.77	1.97	4.51	3.48	4.32	4.65
32	Recife	12.36	13.09	5.46	4.27	6.77	4.56	8.00	4.79	7.06	3.90	5.37	5.58	4.76	3.27	6.51	3.46	5.13	3.76	5.59	3.68
33	Caruaru	16.81	18.45	10.62	8.72	7.19	6.26	8.31	6.89	9.90	6.24	9.89	8.29	11.29	7.83	8.7	4.97	5.67	6.80	8.97	5.82
34	Teresina	11.86	14.21	4.62	5.29	4.75	4.13	6.98	4.23	8.89	5.10	4.34	3.92	1.49	1.42	2.03	1.63	2.25	1.71	3.97	2.24
35	Parnaíba	11.68	20.51	6.85	7.97	5.48	5.39	8.13	5.74	7.54	5.37	3.75	3.55	2.15	2.00	2.54	1.73	3.50	2.25	4.05	2.52
36	Curitiba	12.73	9.04	2.7	3.51	6.1	4.55	4.66	3.55	6.34	4.75	4.55	3.71	3.18	2.07	3.84	2.77	2.91	2.59	4.46	3.53
37	Londrina	17.00	10.35	3.84	5.04	7.82	4.49	5.79	4.34	6.11	4.69	6.38	3.95	4.31	2.93	4.07	2.52	4.27	3.16	4.35	3.34
38	Rio de Janeiro	11.97	11.11	5.43	4.18	7.03	7.4	11.95	7.50	12.77	10.38	3.64	2.93	2.42	1.81	4.02	3.35	5.60	3.96	5.96	5.00
39	Campos dos C	10.73	13.43	6.28	4.52	6	7.11	12.48	7.45	9.10	8.79	4.22	4.08	3.25	2.54	5.64	4.02	8.04	4.92	6.01	5.96
40	Natal	12.88	15.80	6.88	5.54	8.87	6.3	12.46	6.77	19.86	11.17	3.64	3.51	2.72	2.41	2.98	2.52	5.78	3.90	7.01	4.61
41	Mossoró	12.36	16.79	10.38	9.01	10.47	7.24	8.70	7.72	25.55	13.68	4.67	4.32	4.65	3.37	5.12	3.46	5.00	4.91	10.27	5.86
42	Porto Velho	11.44	11.56	6.14	4.35	4.97	4.13	16.56	3.91	6.84	4.76	3.83	2.66	1.57	1.28	1.88	1.3	3.20	2.01	4.61	2.74
43	Ji-Paraná	14.17	14.56	5.18	5.52	6.26	4.44	19.56	4.51	4.53	3.94	3.93	3.15	1.42	1.34	2.57	1.6	2.47	1.83	3.56	2.18
44	Boa Vista	6.61	9.30	8.57	5.79	4.22	3.37	3.78	2.91	5.22	3.09	1.33	1.57	0.92	1.03	1.28	1.15	1.32	1.19	1.94	1.57
45	Porto Alegre	4.50	5.87	2.70	2.81	3.32	4.03	3.61	3.52	6.18	4.83	2.97	3.01	2.48	2.27	3.68	3.12	4.72	3.63	6.30	4.71
46	Santa Maria	5.06	7.03	2.88	3.30	2.06	2.79	2.48	2.41	4.66	3.30	4.19	4.01	3.46	3.02	3.39	2.43	4.43	2.99	5.87	3.99
47	Florianópolis	10.18	8.69	3.69	4.06	7.63	5.49	10.79	4.94	11.47	6.66	3.71	2.70	2.46	1.95	3.21	2.06	3.74	2.64	6.85	3.70
48	Chapeçó	8.74	10.49	3.72	4.36	3.74	3.33	4.84	3.15	4.72	3.67	3.89	3.12	2.16	1.75	2.54	1.8	3.02	2.00	5.94	3.24
49	Aracaju	15.42	15.03	7.39	5.64	6.07	4.52	6.94	4.90	0.00	7.41	4.72	3.87	2.78	2.33	1.91	2.13	3.44	2.93	6.40	4.54
50	São Paulo	6.21	10.56	4.66	5.05	6.28	5.09	5.41	4.41	11.16	7.35	4.31	4.27	3.23	2.91	4.71	3.03	4.11	3.08	7.87	5.10
51	Presidente Pru	7.18	10.66	4.79	4.93	4.35	4.04	4.47	3.59	6.07	3.83	4.76	4.47	4.25	3.20	4.91	3.49	5.00	3.40	6.08	3.73
52	Ribeirão Preto	6.93	9.07	5.81	5.30	7.82	6.33	7.13	5.36	11.03	7.26	5.93	4.72	4.17	3.07	4.95	3.1	5.18	3.57	7.39	4.53
53	Palmas	8.78	14.55	3.49	4.69	3.65	2.8	6.25	3.34	9.59	5.06	1.99	1.80	1.89	0.98	0.87	0.97	2.30	1.28	3.51	2.24
54	Araguaína	11.00	17.50	6.89	9.03	6.38	5.12	7.43	5.29	10.65	6.29	3.27	2.65	2.48	1.97	1.15	1.21	2.18	1.47	3.28	2.21

Fonte: TSE / adaptado

Tabela 6

Exceções da preponderância da taxa de "Votos Nulos" sobre a taxa de "Votos em Branco"						
Cidade avaliada	UF	Período eleitoral	Eleições estaduais		Eleições presidenciais	
			Votos em Branco	Votos Nulos	Votos em Branco	Votos Nulos
Parintins	AM	1998	13.89	2.83	8.34	6.55
Cachoeiro do Itapemirim	ES	1998	9.19	9.16	-	-
		2010	6.46	5.25	3.71	3.36
		2014	5.69	4.89	4.06	3.75
Corumbá	MT	2014	4.09	3.39	3.06	3.00
Sinop	MS	1998	14.79	4.68	8.28	5.87
Caruaru	PE	2002	11.29	10.62	-	-
		2006	8.70	7.19	-	-
Curitiba	PR	2002	3.18	2.76	-	-
Londrina	PR	2002	4.31	3.84	-	-
Porto Alegre	RS	2006	3.68	3.32	-	-
		2010	4.72	3.61	3.63	3.52
		2014	6.30	6.18	-	-
Santa Maria	RS	2002	3.46	2.88	-	-
		2006	3.39	2.06	-	-
		2010	4.43	2.48	2.99	2.41
		2014	5.87	4.66	3.99	3.30
Pres. Prudente	SP	2006	4.91	4.35	-	-
		2010	5.00	4.47	-	-
		2014	6.08	6.07	-	-

Fonte: TSE / Adaptado

Outro instrumento comprobatório da superioridade da votação em nulos em relação aos votos em branco, agora apenas nas 5 cidades, foi obtido, através da análise da tabela abaixo, em que ficam patentes os *ranges* dos valores mínimos e máximos da distribuição, médias, relativamente centradas, e o comportamento bastante característico do desvio-padrão, como se vê abaixo:

Veja-se como se comportam as taxas de “Votos em Branco” e “Votos Nulos” daquelas cinco cidades em conjunto, com a exposição pelo Box-Plot, Gráfico 1. Existe ocorrência de ligeira distorção visual, pois as proporcionalidades, relação entre Aptos / Votos Válidos são diferentes em cada cidade / eleição. Porém, o mais importante a perceber, em cada par de “Votos em Branco” / “Votos Nulos”, ou mesmo em cada nível federativo, é onde começa e onde termina cada “caixa”. Neste tipo de representação gráfica, fica clara não somente a preponderância do “Voto Nulo” sobre os “Votos em Branco”, como ainda é reforçada a ideia da reflexão eleitoral, na opção pela maior incidência de ambos os comportamentos nos níveis estaduais. A utilidade desta representação visual pode ser resumida na facilidade de apreensão de informações pela rapidez da assimilação, tal como dispersão / concentração da distribuição, mediana, valores mínimos e máximos, além de valores extremos e *outliers*.

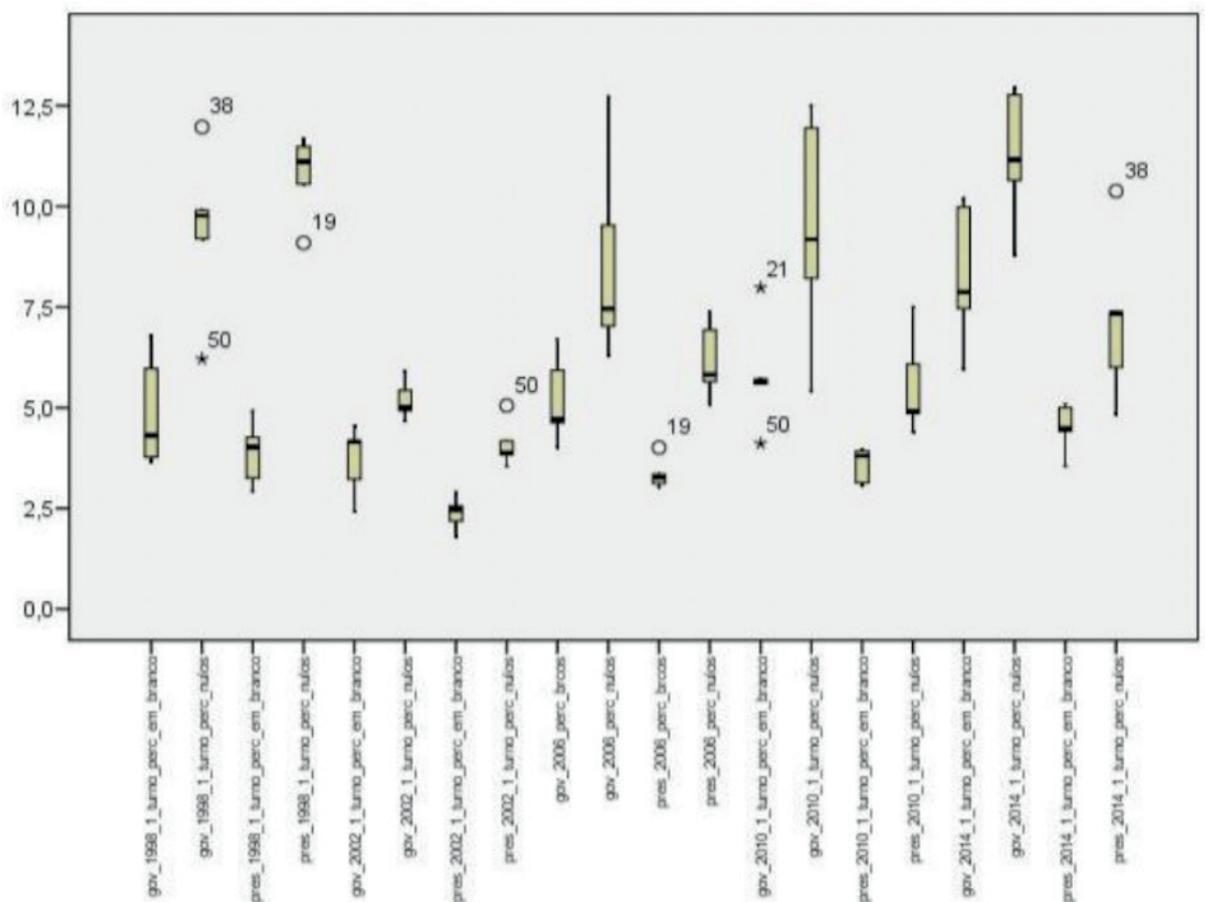


Gráfico 01

Em Soldati (2011) foi possível detectar que o eleitorado brasileiro tende a comparecer mais nas localidades onde aumentam as taxas de infraestrutura urbana, enfatizando-se que as características mais individualistas aumentam a possibilidade / perspectiva de crescimento individual. O eleitorado tenderá a comparecer também nas localidades onde aumentam as taxas de infraestrutura urbana e que se privilegiam características mais distributivas, contudo ele tende, não somente a comparecer às urnas de votação, mas também a votar menos validamente, pois transfere parte dos

votos válidos para votos em branco, para votos nulos, e para o conjunto branco / nulos, possivelmente em razão da estagnação da vida pessoal. Também foi observada associação entre a abstenção e as taxas de infraestrutura urbana, negativamente aos do comparecimento.

Ao final, percebeu-se que cidades com melhor infraestrutura urbana que privilegiem aspectos mais individualistas tendem a aumentar os votos válidos, bem como tendem a diminuir os votos em branco e os votos nulos. Cidades com melhor infraestrutura urbana que privilegiem aspectos mais distributivistas tendem a diminuir os votos válidos, bem como tendem a aumentar os votos em branco, os votos nulos e o conjunto de brancos e nulos. O aumento da população, nessas cidades, tende a diminuir os votos válidos e aumentar os votos em branco e os votos nulos. Toda a análise acabou por confirmar o movimento de ambição como propulsor da participação política, eleitoral no caso brasileiro.

Já a pesquisa desenvolvida na tese de doutorado do autor (SOLDATI, 2016) foi capaz de perceber associação estatística entre Distribuição de Renda e Voto Nulo. Daí a pergunta, qual motivo seria capaz de levar o eleitor a votar nulo, quando se aumentam as taxas de distribuição de renda / riqueza? Seguindo a linha do raciocínio anterior, entendeu-se que o ódio seria o sentimento mais provável. Outra associação estatística foi percebida entre variáveis componentes do que se chamou de Divisão do Trabalho e o voto em branco, associação entendida como a possibilidade de estagnação da vida pessoal. Ambas as análises reiteram, de certa forma, a ocorrência do “conflito”, também identificado no trabalho precedente, e possibilitam a proposição da separação entre a reflexão do votar nulo para o de votar em branco.

Diante das associações estatísticas verificadas com os distintos comportamentos eleitorais, emerge lastro conceitual para inferir a existência de afinidade básica entre alguns comportamentos e a diferença entre outros. De acordo com Magalhães e Veiga (1999), mesmo os eleitores de baixo e baixíssimo estrato social possuem opiniões prévias que são mobilizadas a todo instante na administração que fazem das mensagens políticas recebidas, ora aceitam-nas, ora rejeitam-nas. Nessa mesma tradição, que entende haver uma razão reflexiva no ato eleitoral (REIS, CASTRO, 2001), encontra-se toda uma literatura em ciência política que corrobora esta linha de pensamento. (LIMA JUNIOR, 1990), (AVELAR; DIAS DE LIMA, 2000), (ALKMIN DOS REIS, 1999), (CARVALHO, 2003), (FIGUEIREDO, 2008), (OLIVEIRA, 1999), (CARREIRÃO, 2002), (REIS, 1978), (ROCHA; CARMO, 2007), (SILVA; GIMENES; BORBA; RIBEIRO, 2014) (SOARES, 1973), (OLIVEIRA, 2006), (SANTOS, 1987).

Nesse sentido, tomou forma o conceito de “Aceitação das listas eleitorais”, Tabela 8, pois o eleitor não apenas comparece, mas vota, validamente ou vota nulo, e expressa sua aceitação plena ou sua indignação com os nomes da lista:

Tabela 8
Taxa de aceitação das listas - 1996 à 2014

	Belo Horizonte	Juiz de Fora	Rio de Janeiro	São Paulo	Uberlândia
1996 municipal	81.11	85.77 1	78.51	81.27	85.04
1998 presidencial	77.76	82.63 1	77.08	78.34	79.91
1998 estadual	75.89	82.11 1	76.37	78.30	77.97
2000 municipal	81.58	86.21 1	80.50	81.69	85.28
2002 presidencial	83.89	86.08 1	82.84	81.54	84.04
2002 estadual	82.19	83.72 1	82.23	81.23	82.45
2004 municipal	81.43	84.90 1	81.96	82.75	84.30
2006 presidencial	80.13	82.79 2	80.47	82.95	82.38
2006 estadual	79.51	79.34 5	79.80	81.28	79.57
2008 municipal	77.02	81.60 2	76.82	81.03	83.48
2010 presidencial	80.27	79.96 4	77.68	81.56	81.47
2010 estadual	78.57	75.79 5	76.05	80.52	78.90
2012 municipal	75.33	79.19 2	74.52	76.09	81.38
2014 presidencial	78.40	76.86 3	73.54	75.85	77.93
2014 estadual	74.47	71.15 5	72.56	73.07	72.35

Fonte: TSE / adaptado.

Taxa de aceitação das listas = (% votos válidos + % votos nulos) - % abstenção

Para compensar a *distribuição*, e refletir a totalidade do comportamento prévio, emerge o conceito de “Rejeição das listas eleitorais”, Tabela 9, que é o somatório da “Abstenção” e do “Voto em branco”:

Tabela 9
Taxa de rejeição das listas - 1996 à 2014

	Belo Horizonte	Juiz de Fora	Rio de Janeiro	São Paulo	Uberlândia
1996 municipal	18.89	14.23 5	21.49	18.73	14.96
1998 presidencial	22.23	17.37 5	22.92	21.66	20.08
1998 estadual	24.12	17.89 5	23.63	21.70	22.03
2000 municipal	18.42	13.79 5	19.49	18.32	14.72
2002 presidencial	16.12	13.92 5	17.16	18.46	15.96
2002 estadual	17.81	16.29 5	17.77	18.78	17.55
2004 municipal	18.57	15.09 5	18.05	17.24	15.70
2006 presidencial	19.87	17.21 4	19.53	17.05	17.63
2006 estadual	20.49	20.66 2	20.20	18.73	20.44
2008 municipal	22.98	18.40 4	23.18	18.97	16.52
2010 presidencial	19.73	20.04 2	22.32	18.45	18.53
2010 estadual	21.43	24.21 1	23.95	19.48	21.10
2012 municipal	24.67	20.81 4	25.48	23.91	18.62
2014 presidencial	21.60	23.13 3	26.46	24.15	22.08
2014 estadual	25.53	28.85 1	27.43	26.93	27.65

Fonte: TSE / adaptado.

Taxa de rejeição das listas = % abstenção + % votos em branco

Após tais proposições daquilo que se poderia denominar de correntes comportamentais eleitorais, podem ser iniciadas as argumentações relativas à validade e à representatividade dos sistemas eleitorais. É fato que a *fracionalização* eleitoral ou parlamentar é instrumento de medida capaz de medir a representatividade nas eleições proporcionais. A análise do comportamento dos votos para o legislativo federal leva a uma alteração do objeto e tudo faz crer que as motivações para o voto em Branco e votar Voto Nulo não deverão se alterar, ou no limite, se distanciar daquelas já aqui apresentadas. Admitindo-se que as razões da motivação do voto em branco e do voto nulo, nas eleições majoritárias, para os executivos federal e estadual, sejam idênticas ou próximas às razões para as eleições para a Câmara de Deputados,

eleições proporcionais, a pesquisa caminha no sentido de avançar nas implicações metodológicas.

De acordo com Santos (1987), para avaliar a representatividade do parlamento deve-se comparar a distribuição do poder parlamentar entre os partidos e a distribuição do eleitorado. O método apropriado consiste em mensurar a segmentação das preferências: a *fracionalização* eleitoral, a *fracionalização* parlamentar, o número de partidos eleitorais efetivos e o número de partidos parlamentares efetivos. Ainda, segundo o autor, na literatura internacional, a hipótese de que a *fracionalização* é correlacionada positivamente ao tamanho do eleitorado, ou seja, quanto maior o eleitorado maior será a probabilidade de que sejam elevados os valores da *fracionalização* eleitoral e também da parlamentar. Mas descobriu-se que um movimento ondulatório ocorria juntamente à expansão do eleitorado nacional, uma flutuação da taxa de alienação eleitoral. Em função disto, ele propôs uma investigação, se a flutuação de tais taxas impactaria, de algum modo, a *fracionalização* eleitoral e a *fracionalização* parlamentar a fim de reconsiderar a hipótese de uma relação positiva entre tamanho do eleitorado e *fracionalização* e possíveis consequências da alienação eleitoral sobre o número de partidos efetivos e da *fracionalização* parlamentar. O período avaliado foi relativo às eleições de 1954, 1958 e 1962. Como hipótese central, uma correlação negativa entre a alienação eleitoral e as outras variáveis investigadas. O resultado confirmou a correlação, e na direção esperada, mas apenas com relação à *fracionalização* eleitoral, a associação foi significativa. O estudo concluiu que quanto maior a alienação eleitoral, menor a *fracionalização* eleitoral.

Como se pretendeu demonstrar, há evidências de viabilidade no teste de associação estatística entre o conceito de efetividade eleitoral, como também ao se ao reposicionarem as variáveis componentes do comportamento eleitoral, exista a mesma viabilidade de teste com os conceitos de Aceitação das listas eleitorais e de Rejeição das listas eleitorais. Como mote, a probabilidade de que a produção de novos indicadores possibilite imaginar insatisfações não com a forma proporcional de nossa democracia, mas com algumas questões pontuais de nosso sistema político.

Os dados apresentados neste capítulo compuseram parte da Tese de Doutorado do autor, bolsista da CAPES no período, no PPGCSO da UFJF.

REFERÊNCIAS

ALKMIN DOS REIS, Antônio Carlos. **Voto e segmentação socioespacial no Estado do Rio de Janeiro 1980-1995**. 1997. Tese (Doutorado em Ciência Política). Rio de Janeiro, IUPERJ.

AVELAR, Lúcia; DIAS DE LIMA, Fernão. Lentas mudanças: o voto e a política tradicional. **Lua Nova**, nº49, 195-223, 2000.

BRASIL. TSE - **Eleições Brasileiras - Dados estatísticos**. 2014.

BRASIL. TSE - **Eleitor – Glossário eleitoral**. 2016.

- CARONE, Edgar. **A República Velha I: Instituições e classes sociais**. Rio de Janeiro: Difel, 1978.
- CARREIRÃO, Yan de Souza. **A decisão do voto nas eleições presidenciais**. Florianópolis: Editora da UFSC; Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2002.
- CARVALHO, José Murilo de. **Teatro das Sombras: A política imperial**. Rio de Janeiro: Editora Vértice, 1988.
- CARVALHO, Nelson Rojas de. **E no início eram as bases: geografia política do voto e comportamento legislativo no Brasil**. Rio de Janeiro: Revan, 2003.
- CHAIA, Vera; CHAGAS, Genira; FERNANDES, Carla Montuori. "Voto Limpo": atores e protagonistas na campanha pela soberania popular. **Paper** apresentado no V Congresso da Associação Brasileira de Pesquisadores em Comunicação e Política. GT 2: Mídia e eleições. UFPR – 08 A 10 DE Maio DE 2013. Disponível em: < <http://www.compolitica.org/home/wp-content/uploads/2013/05/GT-02-%C3%94%C3%87%C3%B4-M+%C2%A1dias-e-Elei+%C2%BA+%C3%81es-Vera-Chaia.pdf> > Acesso em 06/04/2016.
- FIGUEIREDO, Marcus. **A decisão do voto: democracia e racionalidade**. Belo Horizonte: UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ, 2008.
- LIMA JUNIOR, Olavo Brasil de. Alienação Eleitoral e seus determinantes - nota de pesquisa. **IUPERJ - Dados - Revista Brasileira de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, n.14, 1990.
- LOMBARDO JORGE, Vladimir. Os meios de comunicação de massa nas campanhas eleitorais. **Comunicação&política**, n.s., v.4, n.1, p. 126-133 Disponível em: < [http://doxa.iesp.uerj.br/wp-content/uploads/2014/03/Vladimir1 .pdf](http://doxa.iesp.uerj.br/wp-content/uploads/2014/03/Vladimir1.pdf) > Capturado em 31/10/2015.
- MAGALHÃES, Raul. Francisco.; VEIGA, Luciana. Fernandes. **Ideologia Política, Persuasão, Propaganda Eleitoral e Voto: um estudo da recepção da campanha presidencial**, 1998. [S.l.]: CPS - Centro de Pesquisas Sociais da UFJF, 1999. SHA-2800/97.
- MATOS, Heloiza. **Mídia, eleições e democracia**. São Paulo: Editora Página Aberta, 1994.
- NICOLAU, Jairo. **História do voto no Brasil**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2002.
- NICOLAU, Jairo. Partidos na república de 1946: réplica metodológica. **Dados – Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, vol. 48, nº 3, pp. 589-609, 2005.
- OLIVEIRA, Homero Costa. **A alienação eleitoral no Brasil: uma análise dos votos brancos, nulos e abstenções nas eleições presidenciais (1989-2002)**. 2006. Tese (Doutorado). São Paulo, PUC-SP.
- OLIVEIRA, Luzia Helena Herrmann de. Voto obrigatório e equidade de caso. **São Paulo em perspectiva**. On-line version, vol.13 n 4 São Paulo Oct/Dec. 1999. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/spp/v13n4/v13n4a15.pdf> Capturado em 31/10/2015
- PORTO, Walter Costa. **Dicionário do Voto**. Brasília: Universidade de Brasília; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2000.
- REIS, Fábio Wanderley. Org. **Os partidos e o regime: a lógica do processo eleitoral brasileiro**. São Paulo: Símbolo, 1978.
- REIS, Fábio Wanderley; CASTRO, Mônica Mata Machado de. Democracia, civismo e cinismo. Um estudo empírico sobre normas e racionalidade. **RBCS**, [S.l.], v.16, n.45, 2001.
- ROCHA, Enivaldo Carvalho da; CARMO, Erinaldo Ferreira do. A participação do eleitorado Pernambucano nas eleições proporcionais (Câmara e Assembleia). **IPEA - PPP - Planejamento e Políticas Públicas**, [S.l.], n.30, 2007.
- SANTOS, Wanderley Guilherme dos. **Crise e castigo: partidos e generais na política brasileira**. São Paulo: Editora Vértice e Revista dos Tribunais; Rio de Janeiro: IUPERJ, 1987.

SANTOS, Wanderley Guilherme dos. **Horizonte do Desejo**: instabilidade, fracasso coletivo e inércia social. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.

SILVA, Rafael; GIMENES, Éder Rodrigues; BORBA, Julian; RIBEIRO, Ednaldo A. Votos brancos e nulos no Brasil: bases cognitivas e atitudinais. **Teoria e Pesquisa: Revista de Ciência Política**. [S.l.], v.23, n.2, 2014.

SOARES, Gláucio Ary Dillon. Desigualdades eleitorais no Brasil. **Revista de Ciência Política**, vol. 7, nº 1, pág. 25-48, 1973.

SOLDATI, Franklin. **O eleitorado juizforano nas eleições de 2006 e 2008 para o executivo**. 2011. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Juiz de Fora, PPGCSO-UFJF.

SOLDATI, Franklin. **Por que as pessoas votam?** Uma abordagem perspectiva do comparecimento eleitoral do juizforano nos três níveis do executivo do Brasil entre 1996 - 2014. 2016. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). Juiz de Fora, PPGCSO-UFJF.

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-7247-052-0

